

MONTENEGRO

BAIRROS

Umac cobra postura de vereadores a respeito de denúncia

ATITUDE.
Entidade afirma irregularidade na substituição de representantes no Conpladi

HEINALDO EDW
www.jornalibiabraga.com.br

Os membros da União Montenegrina das Associações Comunitárias (Umac) saíram insatisfeitos da reunião com vereadores, no mês desta terça-feira, dia 6. Em março haviam protocolado documento denunciando irregularidades na condução do Conselho do Plano Diretor (Conpladi), solicitando para que a Câmara tomasse alguma providência cabível. Neste novo encontro, o presidente do Legislativo,

"Não tem como a Câmara entrar em ação judicial contra o Município", informou. A saída é que um, ou mais vereadores, mova ação de forma individual e a partir do entendimento que há de fato irregularidade.

Antônio Quadros, presidente da Umac, afirmou que, de forma coletiva, nada foi feito. Brinca: "confirmei que o time não te debanda". Apontou ainda que não há um prazo para que cada vereador faça sua apreciação do documento entregue em março, e restou que o caso é de postura individual. A vereadora Rose Almida sugeriu então que seja realizada uma reunião entre os 10 membros, além do Departamento Jurídico, para tratar questão a respeito. Já Joel Kiefer sugeriu reunião com a Prefeitura e integrantes do

Vereadores se reuniram para discutir que postura adotar



Entidade não foi ouvida

O ato ao qual se referem partiu do Gabinete do Prefeito ao substituir três dos cinco membros de direito da Umac no Conselho.

Apesar dos escolhidos serem representantes de associações de bairros ligadas à entidade, ela não teve par-

ticipação, tampouco soube qual o critério usado pelo Governo para a substituição. Na época, a justificativa foi que era um ato para "oxigenar" a formação do Conselho. A Umac afirma que este tipo de postura é contra a lei. Da mesma forma, denun-

ciou aos vereadores que há uma série de irregularidades no que tange a Lei do Plano Diretor.

Uma delas é que, há dois anos, deveria ter ocorrido a revisão das leis complementares. E se não bastasse o atraso, de fato elas sequer

teriam sido regulamentadas. Segundo João, isso abre caminho para obras e empreendimentos serem feitos irregularmente, mas sem que haja embasamento para punição, uma vez que as regras não são regulamentadas e nem atualizadas.